

ANÁLISE DISCURSIVA DO POEMA: O BICHO

CARVALHO, Ednaldo Santos
ednaldocarvalho@bol.com.br

OLIVEIRA, Gisneide Carvalho de
gisneide@ig.com.br

MENEZES, Maria de Lourdes Costa
lumenezes@bol.com.br

GALLY, Christianne de Menezes (Orientadora)
Graduada em Letras, Mestre em Educação, Prof^ª. do Curso de Letras-Português
da Universidade Tiradentes – UNIT.
chrisfreitasgally@yahoo.com.br

RESUMO:

Tratou-se nesse artigo a Análise Discursiva do poema o “Bicho,” de Manuel Bandeira que é conduzido à leitura para um ato mecânico e estático, através de uma visão imanente do texto, como reforço de valores de uma classe social dominante. Todavia, a visão discursiva aborda uma concepção de texto como unidade aberta a novas significações e de leitura como produção e transformação de sentidos, através de compreensão responsiva/ativa. Nesse sentido, o texto literário dá margem a um trabalho profícuo, proporcionando ao leitor à compreensão de que a literatura, como arte acessível, parte de seu mundo, colabora na relação do sujeito com a sociedade. Assim, estará oferecida uma abertura para significações, associações, transformações que redundarão numa visão histórica da língua, no cumprimento de funções sociais, pela relação dialética que se estabelece entre o texto, o leitor e a ideologia constituída pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: análise discursiva, leitura, ideologia.

INTRODUÇÃO

A leitura de Pêcheux (1990) coloca-nos diante de importantes apontamentos acerca da leitura na perspectiva da Análise do Discurso, a sua relevância teórica fez com que, posteriormente, fosse publicado (Malddidier, 1990) e trazido para discussões especialmente por analista do discurso. Desse texto, considerações acerca do estudo social da memória apresentam-na como condição de funcionamento de discurso na produção e interpretação de conjunto dos traços gráficos ou fônicos. A memória nessa perspectiva colabora para a constituição de um conjunto complexo e preexistente ao organismo, e não se inscreve na esfera individual do sujeito psicológico.

O estudo deste artigo destina-se a mostrar como a interpretação, e também a leitura, implicam o desvelar de espaços de memória constitutivos dos discursos e dos sujeitos inscritos na história, caracterizados, muitas vezes, por paradoxos. Referindo-nos a um entrecruzamento de elementos que contrastam e provocam uma tensão entre descrição e interpretação própria ao interior da Análise do Discurso preconizada por Michel Pêcheux.

O trabalho de leitura e interpretação do objeto lingüístico requer uma imersão em espaços discursivos marcados por instabilidade, nos quais serão explicitados a movências e a inquietude dos sujeitos. Esses espaços caracterizam-se pela inter-relação de discurso, história e memória. Face à inscrição dos sujeitos nos espaços de enunciações e os feitos de sentidos daí decorrentes. São justamente esses aspectos que constituem objeto de reflexão para este estudo, o poema – *o Bicho de Manuel Bandeira* como objeto de uma análise que permeará nossas reflexões.

DESENVOLVIMENTO

Os Sujeitos na História: lugares de entrelaçamento discursivos.

Ao discorrer sobre a constituição do campo teórico da Análise do Discurso, Gregolin (2003) mostra a descrição e análise de elementos lingüísticos internos, correlacionando-os como fatores sociais considerados externos à língua – e da lingüística textual – área que se volta para análise interna do texto. Assim, busca-se, a partir da linguagem, explicitar as diferentes condições de produção do discurso, considerando-se os aspectos históricos, sociais e ideológicos que lhes são próprios. Nesse ínterim, o trabalho de análise de discursos, apreendidos a partir de dada materialidade lingüística, configura procedimentos de interpretação e olhares para possibilidade de sentidos além daqueles expressos pelo conteúdo dessa materialidade. Referimo-nos a olhares que possibilitam desviar o espaço de enunciação dos sujeitos envolvidos. Este espaço, por sua vez, constitui-se de posições históricas e ideológicas constitutivas dos sujeitos e dos discursos.

Reportando-nos a Pêcheux (1998, p.25).

O objeto da lingüística (...) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significação estabilizada, normalizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o das transformações do sentido, escapando a toda norma a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado no lance indefinido das interpretações.

Diante desse quadro epistemológico, o trabalho de leitura e interpretação ganha um lugar que nos convida a olhar por trás das palavras, e o enunciado dialoga com a enunciação que o explicaria (CAMPOS. 2003 p. 231). Vejamos nessa acepção, a leitura do poema “O Bicho” de Manuel Bandeira, transcrito a seguir.

O BICHO

“Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.”

Manuel Bandeira - Rio, 27 de dezembro de 1947.

Ao procedermos à leitura desse poema, deparamo-nos com questões fundamentais da psicanálise, da subjetividade oprimida de um país, das suas relações com o Estado, tudo isso posto no contexto revelador do lixo que é o resultado final perturbador das vísceras recônditas de uma sociedade do consumo e do excesso, da abundância que transparece seu sintoma recalcado que é a miséria, expressão maior do que significa a opressão do sistema capitalista. O bicho, infiltrado por grande indignação moral. Nesse sentido, trata-se de um poema de impacto, ousado, revelador. Diz um militante e teórico da antipsiquiatria, na década de 70, David Cooper que (...) ”toda delusão é afirmação política, (e todos os loucos são dissidentes políticos)(...)”. Acredita-se que em seu delírio o poeta deixa mais clara esta afirmação.

Cooper caminha lado a lado com Lacan quando pensa a importância de compreender o discurso delusivo como uma fala do desejo - ali aonde não somos, no que se diria o “inconsciente”, fazendo coro também com Rimbaud, na idéia de “Eu sou um outro”.

Porque Rimbaud? Porque Lacan quer nos apresentar que pela poesia inscrita no fluxo discursivo da experiência do divã, ou pela análise do uso da metonímia e da metáfora podemos compreender aquilo que o excesso de comunicação da prosa “sã”, “consciente” fracassa. Ou seja, como diria Sartre, a poesia nasce do fracasso da prosa. No discurso perturbado e perturbador desse poema tudo é metáfora e metonímia. Esse discurso traduz o que não conseguimos dizer, fala de onde nós - não somos. Apresenta através de uma resignificação da linguagem um mundo mudo do nosso mundo, o nosso lixo. O lixo torna-se pela fala do poeta um personagem e uma metáfora do nosso inconsciente social reprimido, repressivo e recalcado. A postura política é mais evidente quando se refere aos temas clássicos do inventário vocabular tradicional da esfera política.

As reflexões do poema sobre o lixo, apontam para o curto circuito do consumo de mercadorias e seus valores de uso, distinguindo trabalho de sacrifício. Tema que posto na experiência do lixo soa irônico, mas cuja ironia é resultado das contradições da própria vivência absurda do capitalismo, que busca adquirir um matiz de resistência e desigualdes.

Outro ponto importante, é a idéia que feita das nossas relações com o trabalho, fazendo coro com Marx, que também um dia foi chamado de poeta das mercadorias, ela sintetiza a contradição entre capital e trabalho quando diz com um deboche cativante: (...) “Eu faço dinheiro, não é o dinheiro que me faz”(…). A frase em seu contexto de trabalho soa incoerente na evidente exploração colocada nesse cruel ofício, mas ironicamente fala sobre alguma estranha liberdade que flui na experiência de autonomia que o poeta tem na apropriação das coisas que a cidade despreza e que nem por isso perdem sua possibilidade de uso, além da vida funcional sobre a futilidade e desperdício da nossa sociedade. Assim, esse poema vira também um espelho côncavo de nós mesmos, apresentando o que há de grotesco

em todos nós e em nossa cegueira.

Como dizia Cooper: (...) “A loucura é uma propriedade social comum que nos foi roubada, tal como a realidade dos nossos sonhos e das nossas mortes: temos que recuperar politicamente estas coisas, de modo que se tornem criatividade e espontaneidade numa sociedade transformada” (...). Ele acreditava que a única forma de recuperação seria através de uma emancipação política e social, ou seja: a revolução. A recuperação dos loucos seria a recuperação da sociedade, tendo eles um papel protagônico a cumprir junto aos artistas e militantes, a revolução como uma cura para a psicose social do sistema capitalista.

Há nesse poema o entrecruzamento de diferentes formações discursivas constitutivas do sujeito e reveladores de dada realidade social que tem lugar na história do Brasil e na constituição de sua nação. Em relação ao sujeito enunciador, um sujeito social é descentrado de um eu. Verifica-se em sua voz, ecos de diferentes vozes sociais caracterizando uma heterogeneidade própria à sua constituição. Correlatos a essa heterogeneidade, contrastam o desejo e o poder do sujeito.

Como postula Foucault (2004,p.275), o sujeito.

Não é uma substância. É uma forma, essa forma nem sempre è, sobretudo, idêntica a si mesma,(...). Há indubitavelmente, relações e interferências entre essas diferentes formas do sujeito: porém, não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, se exercem, estabelecem consigo mesmo formas de relação diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito.

Na constituição do sujeito discursivo, das formações discursivas mais visíveis, apreendidas como interdiscursividade resultante do entrecruzamento entre a História, temos a presença do capitalismo. Porém em um trabalho de leitura e interpretação, devemos

considerar que esse poema, produzido em um determinado momento histórico brasileiro, trabalha com a memória do povo e traz à tona elementos de nossa história, constituintes de nossa nação. Como os sujeitos.

O texto compõe-se de discursos que não são representáveis estaticamente, pois são historicamente inscritos e, a partir dessa inscrição, prendem-se ao sempre móvel, ao sempre atualizável próprio do gesto leitor de “retornar “ ao texto, não ao que ele foi, seja para o seu autor, seja para os demais leitores que dele se apropriam, mas ao que ele é temporariamente.(CURCINO-FERREIRA, 2004.p187).

As significações se mostram, onde as formações discursivas em que sujeitos e os sentidos se constituem, interpenetram desconhecidas em sua totalidade, restringindo o que pode ser dito, em legítimo discurso inscrito. Ao mesmo tempo, não pode fazer parte de um universo discursivo, construído em uma relação de alteridade. Desse modo, fica evidente que para a AD o sujeito é co-responsável pelo que lê, em virtude das diferentes condições de produção, dando lugar a que um mesmo texto possa ser lido de diferentes maneiras, por diferentes leitores, em diferentes épocas. A AD articula o lingüístico ao sócio-histórico, ao ideológico. O discurso é pensado, então, como “efeito de sentido entre locutores” e o texto como objeto lingüístico com começo, meio e fim, mas sempre incompleto, aberto a novas interpretações. Como unidade de análise, está sempre em relação com outros textos (existentes ou possíveis de existir), com os sujeitos e situação (condições de produção), e com a exterioridade constitutiva (a memória e o interdiscurso).

Aparentemente o poema, pode dar margem a uma leitura crítica a respeito de uma exploração que tem como tônica uma sensibilidade a respeito da condição humana em situação de miséria. Desse modo, o poema é analisado de forma plana, linear, em que se configura uma leitura estática e fragmentada. Pois, poderia iniciar uma análise, levantando, em primeiro lugar, uma discussão sobre o lixo numa realidade concreta do meio social; sobre

a diferença de abordagem estabelecendo uma associação com a situação concreta das diferentes posições assumidas pelo poeta, sobre as condições alimentares e de sobrevivência das pessoas que catam o lixo em contraponto com pessoas que produzem o lixo; como a sociedade trata essas pessoas que precisam buscar seus alimentos no lixo; as diferentes e conflitantes classes sociais que se fazem presentes no poema.

A Análise do Discurso não procura o sentido “verdadeiro, mas o real sentido em sua materialidade lingüística e histórica”. A ideologia não se aprende o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo, diante do objeto discursivo apresentado.

Todo enunciado, dirá M. Pêcheux (idem), é lingüisticamente descritível como uma série de pontos que deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Ele é sempre suscetível de ser/tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos. É também em relação à interpretação que podemos considerar o interdiscurso (o exterior) como a alteridade discursiva: “é porque há o outro nas sociedades e na história, diz M. Pêcheux (1990), correspondente a este outro linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligações, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar.

O dispositivo, a escuta discursiva, deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos descrevem a relação do sujeito com sua memória. Nesse sentido, a descrição e interpretação se interrelacionam e é também tarefa do analista distingui-las em seu propósito de compreensão.

Podemos mesmo dizer que a interpretação aparece em dois momentos da análise:

- a. Em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;
- b. Em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso, é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com interpretação.

Quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise do discurso interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas; imagem, som, letra, etc. Não se objetiva, nessa forma de análise, exaustividade que chamamos horizontais, ou seja, em extensão, nem a completude em relação ao objeto empírico. Ele inesgotável. Isto porque, a definição de todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se pode analisar estados diferentes. E aí não podemos evitar uma distinção produtiva que existe entre discurso e texto. Esta, por sua vez, traz necessariamente consigo a que existe entre sujeito e autor.

O texto é a unidade que o analista tem diante de si da qual ele parte. Por sua vez ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura. Ele é objeto simbólico de interpretação.

Na análise do discurso, não se toma o texto como ponto de partida absoluto, o que interessa não é a organização lingüística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo. Um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso.

Dessa forma, definimos o discurso como efeito de sentidos entre locutores e consideramos, na sua contrapartida, o texto, como sendo uma unidade que podemos empiricamente, representar tendo começo, meio e fim, uma superfície lingüística fechada nela mesma. Assim também, consideramos o sujeito como resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia. Mas o autor, no entanto, é representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito.

Como diz Vignaux (1979), o discurso não tem como função constituir a representação de uma realidade. No entanto, ele funciona de modo a assegurar a permanência de certa representação. Para isso, diríamos, há na base de todo o discurso um projeto totalizante do sujeito, projeto que o converte em autor. O autor é o lugar em que se realiza o projeto totalizante, que se constrói a unidade do sujeito como o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações. Fulcro de sua coerência e completude.

Para Foucault, o princípio do autor limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu. É assim que pensamos a autoria como uma função discursiva: se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume, a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada no contexto sócio- histórico - e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc.

A autoria tem a função mais fechada pelo contato com o social e com as coerções, submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. Se o sujeito é opaco e o discurso não é transparente, no entanto o texto deve ser coerente, não-contraditório e seu autor deve ser visível, colocando-se na origem do seu dizer. É do autor que se exige: coerência, respeito às normas estabelecidas, explicações, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância e, entre outras coisas, unidade, não-contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, de seu texto.

Essas exigências têm uma finalidade: elas procuram tornar o sujeito visível (enquanto autor) com suas intenções, objetivos, direção argumentativa. Um sujeito visível é calculável, identificável, controlável. Como autor o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, constituindo desse modo, sua identidade.

Não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar

como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor (E. Orlandi, 1998).

O sujeito precisa passar da multiplicação de representações possíveis para a organização dessa dispersão num todo coerente, apresentando-se como autor, responsável pela unidade e coerência do que diz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas essas considerações, esse movimento de leitura, importa reiterar que os discursos materializados em um texto dialogam entre si e com outros discursos que têm lugar na história. Assim, o trabalho com a língua, tem em vista seus aspectos formais, ao mesmo tempo e decorre os aspectos próprios à formação discursiva a que o sujeito enunciador se inscreve. A formação discursiva(...) representa o lugar de constituição do sentido e identificação do sujeito (CAMPOS, 2003, p. 234).

Diante do objeto discursivo apresentado anteriormente, é necessário sair da materialidade lingüística para compreendê-la em sua exterioridade, no social, no espaço em que o lingüístico, o histórico e o ideológico coexistem em uma relação de implicância, compreendidos como discurso. Surge a instauração de um campo de conflitos, marcados por oposições ideológicas, no qual diferenças sociais coexistem. Pelo que pudemos expor, a ideologia se liga a interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com língua, na medida em que esta significa.

Na exterioridade do lingüístico no social, há posições diferentes quanto à inscrição ideológica dos sujeitos e grupos sociais em uma mesma sociedade. Daí surge os conflitos, as contradições, pois o sujeito, ao mostrar-se, inscreve-se em um espaço socioideológico. Enuncia a partir dessa inscrição de discursos, cujas existências encontram-se na exterioridade das estruturas lingüísticas enunciadas. Uma formação discursiva apresenta elementos, vindos de outras formações discursivas que, por vezes, contradizem-na, refutam-na. Consoante com Foucault (1995), todo discurso é marcado por enunciados que antecedem e o sucedem e caracteriza-se pela dispersão.

No tocante à leitura e à interpretação, reiteramos a importância de se considerar a opacidade da linguagem e a sua não transparência. Isto implica revelar que na relação do sujeito com a língua e com a história, por trás das palavras ditas, o não-dito produz sentidos que não podem ser controlados e que não se fecham.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução brasileira, Campinas SP, Pontes, 1984.

CAMPOS, E. N. **Leitura e Análise do Discurso: o movimento de produção do sentido do texto**. In: MARI. H. et al.. (Org.). *Análise do Discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2003.

BAKHTIN, Mikhail (1979). **Estética da Criação Verbal**, São Paulo, Martins Fontes, 1992.

BANDEIRA, Manuel. **O Bicho**, in: *Seleta em prosa e verso*, Rio de Janeiro, J. Olympio/MEC, 1971.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos**, Campinas/SP. Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução brasileira, Campinas , SP, Pontes, 1984.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas/SP, Pontes , 2003.

FOUCAULT, M. L. **Ordre du Discours**, Gallimard, Paris, 1971.

LACAN, J. J. **Ecrits, Seuil**, Paris, 1966.